

Conhecimento livre e aberto



Nelson Pretto

*Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC-Bahia)
nelson@pretto. Info site: www.pretto.info*

Desde os primórdios da humanidade os conhecimentos e os saberes eram transmitidos, via oral, para que os cidadãos pudessem conhecê-los. Mas eram poucos, e por isso privilegiados os que a eles tinham acesso. Com a imprensa, avançamos na circulação dos escritos que romperam fronteiras e, com isso, pudemos ver uma ampliação do acesso às ideias e aos conhecimentos que circulavam, impressos, e que podiam ser lidos por aqueles que conhecessem os códigos da escrita. Ainda assim, esta circulação dependia de intermediários, que eram aqueles que tinham a capacidade de produzir as revistas, jornais e livros. Esse grupo de profissionais foi crescendo de importância e verdadeiros impérios do mundo editorial foram criados.

O digital, desde os anos finais do século passado, destronou — ou pelo menos vem ameaçando — esses intermediários, possibilitando uma maior e ágil circulação das ideias. São, no entanto, enormes os desafios





a enfrentar neste momento. Desafios que vão desde o ato de produzir conhecimento até a distribuição e leitura do produzido.

Dê um lado, vemos as próprias universidades, um dos privilegiados lugares para a produção e a crítica do conhecimento sendo ameaçada por políticas neoliberais que ameaçam a sua própria existência enquanto esse espaço da reflexão. Em seu lugar, o que temos visto é a implantação de um modelo de universidade que denominamos, já nos anos 2000, de *universidade corporation*, como explicitado em artigo escrito em conjunto com Luiz Felipe Serpa e publicado no jornal brasileiro Folha de São Paulo (Preto y Serpa, 2000).

Garry Hall, em seu livro *Digitize this book* (2008), argumenta que, em função da constante e rápida evolução da cultura digital, as universidades estão sendo desafiadas fortemente por conta das suas transformações internas e externas, entre as quais destacamos, inspirados em Hall:

- O estabelecimento de uma privatização dentro das próprias instituições, gerando uma guerra na captação de recursos.
- O excesso de trabalho para os docentes, fruto da ampliação do acesso e o conseqüente crescimento do número de estudantes, demandando grande quantidade de atividades de administrativas e de elaboração e gerenciamento de projetos (o detalhado trabalho de pesquisa de Waldemar Sguissardi e João dos Reis da Silva Junior, transformado em um livro cujo sugestivo título é *O trabalho intensificado nas federais* [2009]).
- A tendência futura de concentração das pesquisas em “velhas” e tradicionais instituições (Garry Hall cita como exemplo Harvard, Princeton, Oxford, Cambridge, entre outros. Nós, em cada um dos nossos países, podemos elencar as que tendem a ocupar esse espaço).
- O crescimento da falta de estabilidade, via incremento de trabalhos temporários (o que não ocorre em massa nas universidades do sistema público no Brasil), gerando uma precarização do trabalho docente.
- A introdução de práticas administrativas de avaliação com monitoramento, auditorias, inspeções buscando a eficiência da instituição, no caso brasileiro a partir das sistemáticas de avaliação das universidades, especialmente da pós-graduação.
- A transformação dos estudantes em clientes.
- O uso de estudantes como força de trabalho barata através de pagamentos de bolsas.

Essa radical transformação da universidade nos últimos anos vem afetando de forma grave a própria produção de conhecimento e sua conseqüente divulgação, uma vez que as práticas competitivas, entre países, entre universidades no mesmo país, e, até, entre grupos e profissionais de uma mesma instituição, têm colocado a publicação de artigos como sendo a moeda mais valorizada do sistema.



O aumento da produção e a cada vez maior concentração das grandes corporações editoriais têm impulsionado um importante movimento em favor da democratização do acesso às produções acadêmicas, em especial aquelas realizadas a partir de pesquisas financiadas com recursos públicos.

Desta forma, acompanhamos o crescimento de inúmeras iniciativas, boa parte delas estão, direta ou indiretamente, associadas a vários outros movimentos como os do software livre, o dos dados abertos, o da governança da internet (com especial destaque para aluta em defesa da neutralidade da rede), das reformas dos direitos autorais, entre tantos outros.

O processo de disponibilização da produção científica ganha grande impulso a partir de movimentos como o liderado por Stevan Harnard (s. d.), que destaca a importância de um sistema que garanta artigos inteiros arbitrados *on line* por pares, disponíveis também *on line* em todos os lugares, com integração através de citações, disponíveis 24 horas por dia, totalmente pesquisáveis, navegáveis e recuperáveis, e, gratuitamente para todos e para sempre. Com base nessas premissas foram implantados em diversas universidades os repositórios institucionais, hoje já em cerca de 12.000 universidades e instituições de pesquisas ao redor do mundo.¹

De acordo com Helio Kuramoto,² para o crescimento dessa iniciativa necessário se faz uma regulamentação que defina o repositório institucional como o espaço do depósito oficial dos resultados das pesquisas realizadas com recursos públicos. Segundo ele, no caso brasileiro, já existia esta percepção desde 2005 quando foi submetido um projeto nesta direção à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), assim como, quando, em 2007, articulou-se junto ao deputado Rodrigo Rollemberg o projeto de Lei 1.120/2007 (arquivado em 31.01.2012),³ que tornaria obrigatório às universidades públicas e aos centros de pesquisa científica a construção ou desenvolvimento de repositórios institucionais. No entanto, todo o processo de sensibilização e construção de repositórios nas universidades tem se mostrado muito lento e necessita de ações mais contundentes em termos de política pública, já que são muitos os sistemas que o pesquisador precisa cadastrar-se e cadastrar sua produção, gerando uma enorme duplicação de esforços. Mais uma vez, insistimos aqui na necessidade de uma articulação em nível federal das políticas e das iniciativas governamentais.

Um outro frente vem ganhando espaço internacional, e no Brasil também, que são as iniciativas de publicação de revistas acadêmicas de acesso

1 <http://www.eprints.org/openaccess/>, Acesso 07 Mar 2015.

2 <http://kuramoto.blog.br/> acesso 05/05/2010

3 O referido projeto foi novamente apresentado, agora com a denominação de PLS 387/2011, de autoria do mesmo Rodrigo Rollemberg, agora senador da República. No entanto, ele continua em tramitação.

aberto. Hoje, já são 10.291 revistas acadêmicas, com 1.846.168 artigos, provenientes de 136 países, disponibilizados na internet para consulta gratuita.⁴

A construção de políticas públicas centradas na filosofia *open* é fundamental de tal forma a viabilizar a integração de ações e normas de procedimento que sejam aderentes às estratégias promovidas pelos movimentos em defesa do acesso aberto ao conhecimento (*open access*), dos software livre (*open e free software*), do acesso aberto aos dados brutos de pesquisa (*open data*), assim como, as licenças *copyleft* e *creative commons*.

Complementarmente, e talvez aí tenhamos uma das ações de maior importância, necessário se faz que os órgãos de avaliação do sistema passem a considerar as publicações que adotam o acesso aberto como sendo aquelas que merecem maior avaliação - não deixando de lado o rigor científico nem mesmo os sistemas de avaliação por pares - nos mecanismos institucionais de avaliação de professores e programas de pós-graduação. Assim, no caso brasileiro, o sistema Qualis de avaliação dos periódicos e livros precisaria pontuar favoravelmente editoras e publicações que tivessem como critério o acesso livre, fazendo com isso um movimento indutivo no fortalecimento desta política.

Sem dúvida, essas ações, se integradas, poderão fazer a diferença na produção e circulação das ideias, e isso será um grande avanço para a ciência mundial.

Referências

Câmara dos Deputados de Brasil (2007). PL 1120/2007. Recuperado de: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>

Hall, G. (2008). *Digitize this book!: The politics of new media, or why we need open access now*. Minnesota: University of Minnesota Press.

Harnad, S. (s. d.). For whom the gate tolls?: How and why to free the refereed research literature online through author/institution self-archiving, now. Recuperado de: <http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Tp/resolution.htm>

Preto, N. D. L. e Serpa, L. F. P. (29 de junho, 2000). Universidade Corporation: início do fim. *Folha de São Paulo*, p. 3. Recuperado de: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2906200010.htm>

Sguissardi, W. e Silva Juniro, J. dos R. (2009). *Trabalho intensificado nas federais- pós graduação e produtivismo acadêmico*. s. l.: Xama.

4 <http://doaj.org/>, Acesso 07 mar. 2015.

